

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Sumário</i>	VII
<i>Apresentação da 38ª Edição</i>	IX
<i>Apresentação</i>	XI

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	5
2 – Definição	6
3 – Natureza.	6
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo.	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil	8

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	9
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	9
8 – O processo civil romano	10
9 – Processo comum	11
10 – O processo civil moderno (fase científica)	12
11 – Direito processual civil brasileiro	13
12 – Regulamento nº 737	13
13 – Códigos estaduais	14
14 – Códigos unitários	14
15 – O novo código	15
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	16

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais	17
17 – Lei processual	17
18 – A lei processual no tempo	18
19 – A lei processual no espaço.	19
20 – Interpretação das leis processuais	20

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais	22
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	22

23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	23
24 – Princípio do contraditório	24
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	25
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	25
27 – Princípio da verdade real	26
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	26
29 – Princípio da publicidade	27
30 – Princípio da economia processual	28
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	28

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	29
33 – Justiça privada e justiça pública	29
34 – Jurisdição	30
35 – Características da jurisdição	32
36 – Imparcialidade e disponibilidade	32
37 – Objetivo da jurisdição	33
38 – Princípios fundamentais	34
39 – Jurisdição civil	34
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	35
41 – Substitutivos da jurisdição	36
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	36

§ 6º – Processo

42 – Conceito	39
43 – Processo e procedimento	40
44 – Autonomia do processo	41
45 – Espécies de processo	41
46 – Funções do processo	42
47 – Independência dos processos	42
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	43
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência	44

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	45
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	45
50 – Autonomia do direito de ação	46
51 – A evolução do conceito de ação	46
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	48
52 – Condições da ação	48
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	49
54 – Pressupostos processuais	54
55 – Classificação das ações	56
55-a – Ação e pretensão	57
55-b – Ação e causa	58
55-c – Elementos identificadores da causa	58
56 – A defesa do réu	59
57 – Espécies de resposta	60

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	61
59 – A relação processual.	62
60 – Classificação dos elementos do processo	62

§ 9º – Efeitos da Relação Processual

61 – Noções gerais	63
62 – Direitos processuais	63
63 – Obrigações processuais	63
64 – Deveres processuais	63
65 – Ônus processuais	64

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes

66 – Partes	67
67 – Nomenclatura	68
68 – Substituição processual	68
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	70
70 – Capacidade processual.	70
71 – Capacidade processual das pessoas casadas.	71
72 – Curatela especial.	72
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.	73
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação.	75

§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

75 – Deveres	76
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	77
76 – Responsabilidade das partes por dano processual.	78
76-a – Direitos	79
76-b – Direito especial dos litigantes idosos	79

§ 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo.	80
78 – Antecipação das despesas	80
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	81
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência.	82
81 – Sucumbência recíproca	83
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	83
83 – Multas	84
84 – Honorários de advogado.	84
85 – Cabimento dos honorários.	85
86 – Inoperância da sucumbência.	86
87 – Fixação dos honorários	86
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	87
89 – Execução dos honorários	88
90 – Assistência judiciária	88

§ 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação	91
92 – O mandato judicial	91
93 – Direitos e deveres	92

§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores

94 – Substituição de parte	94
95 – Substituição do advogado	95

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio

96 – Pluralidade de partes	97
97 – Classificações	97
98 – Espécies de litisconsórcio	98
99 – Sistema do código	98
100 – Casos legais de litisconsórcio	98
101 – Litisconsórcio necessário	100
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	101
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	101
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	102
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	103

§ 16 – Intervenção de Terceiros

106 – Conceito	104
107 – Classificações	104

§ 17 – Oposição

108 – Conceito	106
109 – Competência	107
110 – Procedimento	107
111 – Julgamento da oposição	108

§ 18 – Nomeação à Autoria

112 – Conceito	110
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	110
114 – Procedimento	110
114-a – Recurso	111

§ 19 – Denúnciação da Lide

115 – Conceito	113
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	114
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	116
116-a – Casos de não cabimento da denúnciação da lide	117
117 – Objetivo do incidente	117
118 – Legitimação	117
119 – Procedimento	118
120 – Efeitos da denúnciação da lide	119

120-a – Recursos	120
121 – Denúncias sucessivas	120
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito	123
123 – Casos de admissibilidade do incidente	123
124 – Procedimento	124
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor	125
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito	127
126 – Pressupostos da intervenção	127
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	128
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	129
129 – Procedimento	129
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	130
130-a – Assistência provocada	131
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	131
Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo	
§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito	135
132 – Funções	136
133 – Natureza	136
134 – Ministério Público como parte	137
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	137
136 – Ausência do Ministério Público no processo	138
137 – Órgãos do Ministério Público	138
138 – Princípios e garantias	139
Capítulo VII – Juízes	
§ 23 – Competência	
139 – Conceito	141
140 – Distribuição da competência	142
141 – Classificação da competência	142
§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais	143
143 – Espécies de competência internacional	143
144 – Competência concorrente e litispendência	144
§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais	145
146 – Competência em matéria civil	146
147 – Competência da Justiça Federal	146
148 – Competência das Justiças Estaduais	147
§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades	149

150 – Competência do foro e competência do Juiz	150
151 – Divisão da competência do foro	150
152 – Cumulatividade de juízos competentes	150
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	151
§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa	153
155 – Competência em razão da matéria	153
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito	154
157 – Classificação	154
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito	156
159 – Foro comum	156
160 – Foros subsidiários ou supletivos	157
161 – Foros especiais	157
162 – Ações reais imobiliárias	158
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	158
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	159
165 – Foros <i>ratione personae</i>	160
166 – Foro das pessoas jurídicas	161
166-a – Foro dos Estados e Municípios	161
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.	162
168 – Foro de homologação do laudo arbitral	162
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa	163
170 – Prorrogação da competência	164
171 – Prorrogação legal.	164
172 – Efeito prático	166
173 – Prevenção	166
174 – Outros casos de prorrogação legal	167
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	168
176 – Prorrogação voluntária	169
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	170
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência	172
178 – Exceção de incompetência	172
179 – Incompetência absoluta	173
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais.	174
181 – Procedimento do conflito	176
182 – Efeitos do conflito	176

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro	179
184 – Duplo grau de jurisdição	181
185 – Jurisdição extraordinária	181
186 – Competência	181
187 – Disciplina da magistratura	182

§ 34 – Órgãos Judiciários

188 – Juízes	183
189 – Requisitos de atuação do juiz	183
190 – Garantias da magistratura	184
191 – Poderes e deveres do juiz.	184
192 – Responsabilidade do juiz.	186
193 – Garantia de imparcialidade do juiz.	186
194 – Casuismo legal	187
194-a – Juiz testemunha	188
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	188

§ 35 – Auxiliares da Justiça

196 – O juízo	189
197 – Escrivão	189
198 – Oficial de justiça	190
199 – Perito	191
200 – Depositário e administrador	192
201 – Intérprete	192
202 – Outros auxiliares eventuais.	193

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais

203 – Conceito	197
204 – Agentes	198
205 – Atos do processo e atos do procedimento	198
206 – Classificação dos atos processuais	199
207 – Forma dos atos processuais	200
208 – Publicidade.	201
209 – Meios de expressão.	201
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.	202

§ 37 – Atos da Parte

210 – Conceito e classificação	203
211 – Eficácia dos atos das partes	204
212 – Petições e autos suplementares.	204
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.	204

§ 38 – Atos do Juiz

214 – Atividade processual do juiz	206
215 – Atos decisórios	206

216 – Definições legais	207
217 – Decisão interlocutória	207
218 – Despachos	208
219 – Sentença	208
220 – Atos não decisórios.	209
221 – Forma dos atos decisórios	210

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

222 – Documentação e comunicação dos atos processuais.	211
223 – Autuação	212
224 – Termos processuais	212
225 – Forma dos termos	213

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

226 – O tempo	215
227 – Feriados e férias forenses	216
228 – O lugar	217

§ 41 – Prazos

229 – Disposições gerais	219
230 – Classificação	220
231 – Natureza dos prazos	220
232 – O curso dos prazos	221
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	222
234 – Prazos para recurso.	224
235 – Termo final	225
236 – Preclusão	225
237 – Prazos para as partes	226
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	227
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública.	227
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	228
241 – Inobservância de prazo da parte	228
242 – Inobservância dos prazos do juiz.	228

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual.	229
244 – Forma dos atos de comunicação	229
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	230
246 – Requisitos das cartas	230
247 – Cumprimento das cartas	230
248 – Cartas urgentes	231
249 – Custas nas cartas	231
250 – Cartas rogatórias	231

§ 43 – Citação

251 – Conceito	233
--------------------------	-----

252 – Suprimento da citação	233
253 – Destinatário da citação inicial	234
254 – Local da citação	235
255 – Impedimento legal de realização da citação	235
256 – Modos de realizar a citação	235
257 – Citação, por oficial de justiça	236
258 – Citação com hora certa	237
259 – Citação pelo Correio	238
260 – Citação por edital.	239
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	240
262 – Efeitos da citação.	241
263 – Prevenção	241
264 – Litispêndência	241
265 – Litigiosidade	242
266 – Mora	242
267 – Prescrição	242
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	242

§ 44 – Intimações

269 – Conceito	244
270 – Forma.	244
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.	245
272 – Aperfeiçoamento da intimação.	246
273 – Intimação em audiência	247
274 – Intimação por edital ou com hora certa	247
275 – Efeitos da intimação	248
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público	248

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias	249
277 – Registro.	249
278 – Distribuição	249
279 – Distribuição por dependência	250
279-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	251
280 – Valor da causa	251
281 – Impugnação ao valor da causa	253

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade

282 – Conceito	255
283 – Espécies de vícios do ato processual.	255
284 – Atos inexistentes	256
285 – Atos absolutamente nulos	256
286 – Atos relativamente nulos.	257
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	257
288 – Sistema de nulidade do Código	258
289 – Nulidades cominadas pelo Código.	259
290 – Nulidades da citação e intimação	260
291 – Arguição das nulidades.	260

292 – Momento da argüição	260
293 – Decretação de nulidade.	261
294 – Efeitos da decretação.	261

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução

295 – Noções gerais.	265
------------------------------	-----

§ 48 – Formação do Processo

296 – O processo	266
297 – Sujeitos da relação jurídica processual.	266
298 – Início do processo	268
299 – Formação gradual da relação processual.	268
300 – Estabilização do processo	269
301 – Alteração do pedido	269
302 – Alterações subjetivas.	270

§ 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito	271
304 – Os casos de suspensão do processo	271
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	272
306 – Suspensão por convenção das partes.	273
307 – Suspensão em razão de exceção	274
308 – Suspensão por prejudicialidade	274
309 – Prejudicialidade e conexão.	275
310 – Suspensão por motivo de força maior	276
311 – Outros casos legais de suspensão	276
312 – Férias e suspensão do processo	276

§ 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual	278
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito	278
315 – Indeferimento da inicial	279
316 – Abandono da causa.	279
317 – Ausência de pressupostos processuais	280
318 – Perempção	281
319 – Litispendência e coisa julgada	281
320 – Condições da ação	282
321 – Convenção de arbitragem	283
322 – Desistência da ação.	283
323 – Intransmissibilidade da ação	284
324 – Confusão entre autor e réu	284
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	285
326 – Iniciativa da extinção do processo	285
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprável.	285

§ 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito	287
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	288
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	288
330 – Transação.	289
330-a – Retratação e rescisão de transação	289
331 – Prescrição e decadência	290
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação.	291
332 – Renúncia ao direito.	292

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo	297
334 – Procedimento.	297
335 – Procedimentos no processo de cognição.	298
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	299
337 – Esquema do procedimento ordinário.	299
338 – Fases do procedimento ordinário.	300
339 – Fase postulatória	300
340 – Fase saneadora	300
341 – Fase instrutória	301
342 – Fase decisória	301
342-a – Adequação do Procedimento.	301

§ 53 – Procedimento sumário

343 – Causas de rito sumário	304
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	305
344 – Outras causas de procedimento sumário	307
345 – Indisponibilidade do rito sumário	307
346 – O procedimento	308
347 – A petição inicial e seu despacho	309
348 – A citação e a resposta do réu	310
349 – Audiência de conciliação.	311
349-a – Audiência de instrução e julgamento	313
350 – Revelia	313
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.	314
352 – Direito intertemporal.	314

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial	319
---------------------------------	-----

354 – Requisitos da petição inicial	320
355 – Despacho da petição inicial	321
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	322
357 – Extensão do indeferimento	323
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	324

§ 55 – O Pedido

359 – Petição inicial	325
360 – Pedido	325
361 – Requisitos do pedido	326
362 – Pedido concludente	326
363 – Pedido genérico	326
364 – Pedido cominatório	327
365 – Pedido alternativo	328
366 – Pedidos sucessivos	328
367 – Pedido de prestações periódicas	329
368 – Pedido de prestação indivisível	329
369 – Pedidos cumulados	329
370 – Espécies de cumulação de pedido	330
371 – Interpretação do pedido	331
372 – Aditamento do pedido	331
372-a – Modificação do pedido	332
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	332
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	335
372-d – A efetivação da tutela antecipada	337
372-e – Tutela antecipada parcial	338

§ 56 – A Resposta do Réu

373 – A defesa do réu	340
374 – A resposta do réu	340
375 – Espécies de defesa	341
376 – Defesa processual	341
377 – Defesa de mérito	342
378 – Reconvenção	343
379 – Síntese	343

§ 57 – Contestação

380 – Conceito	344
381 – Conteúdo e forma da contestação	345
382 – Ônus da defesa especificada	345
383 – Preliminares da contestação	346
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	348
385 – Réplica ou impugnação do autor	348

§ 58 – Exceções

386 – Conceito	349
387 – Prazo	350
388 – Efeito da exceção	350
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	351
390 – Procedimento	351
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	351

§ 59 – Reconvenção

392 – Conceito	355
393 – Pressupostos da reconvenção.	355
394 – Procedimento.	358
394-a – Reconvenção sem contestação	359
395 – Extinção do processo principal.	359

§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido

396 – Revelia	360
397 – Os efeitos da revelia	360
398 – Alteração do pedido	362
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	362

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares

400 – Conceito	363
401 – Réplica do autor	364
402 – Revelia e provas	364
403 – Intervenção do Ministério Público	365
404 – Ação declaratória incidental	365
405 – Outras providências preliminares	366

§ 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo

406 – Conceito	367
407 – Extinção do processo.	367
408 – Julgamento antecipado da lide	368
408-a – Audiência preliminar.	369

§ 63 – Saneamento do Processo

409 – Despacho saneador.	372
410 – Cabimento	372
411 – Conteúdo	373
412 – Efeito preclusivo	373
413 – Formas do despacho saneador	374

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova

414 – Conceito	375
415 – Características da prova	376
416 – Objeto da prova	376
417 – Finalidade e destinatário da prova	377
418 – Valoração da prova.	378
419 – O sistema do Código	379
420 – Poder de instrução do juiz	380

421 – Ônus da prova	381
422 – Sistema legal do ônus da prova	381
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	382
423 – Convenção sobre ônus da prova	383
424 – Meios de prova	383
424-a – Prova por presunção	384
425 – Procedimento probatório	385
426 – Instrução através de carta	386
427 – Dever de colaboração com a Justiça	386

§ 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito	387
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	387
430 – Legitimação para o depoimento	388
431 – Objeto do depoimento pessoal	388
432 – Procedimento	388

§ 66 – Confissão

433 – Conceito	390
434 – Requisitos da confissão	390
435 – Classificações	391
436 – Efeitos da confissão	391
437 – Indivisibilidade da confissão	392
438 – Valor da confissão extrajudicial	393

§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito	394
440 – Oportunidade da medida	394
441 – Legitimação	394
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte	395
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro	396

§ 68 – Prova Documental

444 – Conceito	401
445 – Força probante dos documentos	402
446 – Documentos públicos	402
447 – Documentos particulares	404
448 – Valor probante do documento particular	405
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	406
450 – Livros comerciais	407
451 – Reprodução de documentos particulares	407
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	408
453 – Documentos viciados em sua forma	409
454 – Falsidade documental	409
455 – Espécies de falsidade	410
456 – Ônus da prova	411
457 – O incidente de falsidade	412
458 – Procedimento do incidente de falsidade	412
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	414

459 – Produção da prova documental	414
460 – Desentranhamento de documentos	416
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito	418
462 – Valor probante das testemunhas	419
463 – Direitos e deveres da testemunha	421
464 – A produção da prova testemunhal	423
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001)	427
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito	428
466 – Admissibilidade da perícia	429
467 – O perito	430
468 – O procedimento da prova pericial	431
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico	434
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial	434
469 – Valor probante da perícia	434
470 – Nova perícia	435
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito	437
472 – Procedimento	437
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	439
474 – Características da audiência	439
475 – Atos preparatórios	441
476 – Adiamento da audiência	441
477 – Antecipação de audiência	443
478 – Conciliação	443
479 – Procedimento da conciliação	445
480 – Instrução e julgamento	445
481 – Documentação da audiência	447
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	449
483 – Conteúdo e finalidade do processo	450
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	451
485 – Natureza da sentença definitiva	452
486 – Função da sentença definitiva	453
486-a – Função da sentença terminativa	454
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	455

488 – Relatório	455
489 – Motivação	456
490 – Dispositivo da sentença	457
491 – Condições formais da sentença.	457
492 – Clareza	458
493 – Precisão.	458
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	459
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	461
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	462
494 – Publicação e intimação da sentença	462
495 – Efeitos da publicação.	463
496 – Correção e integração da sentença	464
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i>	464
496-b – Interpretação da sentença	466
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações	468
498 – Sentenças declaratórias.	469
499 – Sentenças condenatórias	469
500 – Sentença constitutiva.	470
501 – Momento de eficácia da sentença	470
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	471
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito	472
504 – Entrega da prestação jurisdicional	472
505 – Hipoteca judiciária	473
506 – Outros efeitos secundários da sentença	473
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	475
508 – Coisa julgada formal e material	476
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	478
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	479
510 – Arguição da coisa julgada	479
511 – Preclusão	480
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	483
513 – Motivos da sentença	484
514 – Verdade dos fatos	486
515 – Questões prejudiciais.	486
516 – Questões implicitamente resolvidas	487
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).	488
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário	490
518 – Limites subjetivos	491
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	492
519 – Causas de estado	495

520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuílgamentos	495
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	495
521 – Execução forçada e coisa julgada	497

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos

522 – Conceito	501
523 – Fundamento do direito de recurso	502
524 – Atos sujeitos a recurso	502
525 – Recursos admissíveis.	503
526 – Correição parcial	504
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	505
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	505

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição	506
528 – Legitimação para recorrer	506
528-a – Particularidades do recurso de terceiro.	507
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	508
530 – Pressupostos objetivos do recurso	508
531 – Recorribilidade da decisão	508
532 – Tempestividade.	508
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	510
534 – Singularidade do recurso	510
535 – Adequação do recurso	511
536 – Preparo	512
537 – Motivação e forma	512
537-a – Efeitos do recurso	513
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	513
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	514
540 – Recurso adesivo	515
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	515
540-a-1 – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo posterior à sentença	517
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	517

§ 82 – A Apelação

541 – Conceito	519
542 – Interposição da apelação	520
543 – Efeitos da apelação.	521
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação	524
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	524
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515.	525
543-a-3 – Prescrição e decadência	527
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação (vigência a partir de 27.03.2002)	527
544 – Recebimento da apelação	528
545 – Deserção	529
546 – Prazo para interposição da apelação	530
547 – Julgamento em segunda instância	530

§ 83 – Agravo

548 – Conceito	532
--------------------------	-----

549 – Espécies de agravo	533
550 – Agravo retido	533
550-bis – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo retido	535
550-a – Agravo posterior à apelação	535
550-b – Agravo retido no procedimento sumário	536
551 – Agravo de instrumento	536
552 – Efeitos do agravo de instrumento	537
553 – Processamento do agravo de instrumento	538
553-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do processamento do agravo de instrumento	540
554 – O contraditório	541
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento	542
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	544
556 – Processamento	546
557 – Embargos adesivos	547
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	547
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes	547
557-c – Legitimação para embargar	548
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	551
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	551
560 – Procedimento	552
561 – Efeito interruptivo	552
562 – Embargos manifestamente protelatórios	553
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	556
564 – Uniformização da jurisprudência	556
565 – Pressupostos do incidente	556
566 – Legitimação para a provocação do incidente	557
567 – Apreciação do incidente	557
568 – Súmula jurisprudencial	558
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Inrôito	560
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	561
571 – Recurso extraordinário	561
572 – Pressupostos do recurso extraordinário	562
573 – Função do recurso extraordinário	563
574 – Efeitos do recurso extraordinário	563
575 – Processamento do recurso extraordinário	564
575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial	565
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544	565
576 – Poderes do Relator	566
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	567
576-b – Recurso especial	567
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	571
576-d – Relevância da questão federal	572
576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	572
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	573

576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	574
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ	575
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	576

§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos

577 – Posição do novo Código	579
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	579

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição	583
580 – Competência dos tribunais	583
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	584
582 – Casos de competência originária dos tribunais	584
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	586
584 – O funcionamento dos tribunais	587
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	588
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	589

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira	592
587 – O sistema nacional	592
588 – A homologação da sentença estrangeira	593
589 – Natureza da decisão homologatória	593
590 – O procedimento	594
591 – A execução	595

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	596
593 – Regulamentação legal	596
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	597
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	597
596 – Iniciativa de arguição	597
597 – Momento da arguição	598
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	598
599 – O julgamento da arguição	598

§ 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito	601
601 – Pressupostos	603
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	605
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	606
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	606
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	607
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	608
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	608

608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	608
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	609
610 – Documento novo (art. 485, VII)	610
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	611
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	611
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	612
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	613
614 – Legitimação	614
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	615
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	616
617 – A execução da sentença rescindenda.	617
618 – Indeferimento da inicial	617
619 – Procedimento.	617
620 – Natureza e conteúdo da decisão	618
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.	619
621 – Rescisória de rescisória	622
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	622
623 – Sentença nula de pleno direito	623
Bibliografia	627
Índice Onomástico	633
Índice Alfabético de Assuntos	635
Índice dos Fluxogramas.	653

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
Apresentação da 39ª edição	IX
Apresentação da 38ª edição	XI
Apresentação	XIII

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução	6
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	7
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	8
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	10
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	11
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias	11
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	13
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005	13
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i>	15
633 – Conclusões	17
634 – Direito intertemporal	19
§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória	
635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	22
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	24
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	25
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor	28
636-c – Sucumbência	28

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer	30
638 – Execução específica e execução substitutiva	30
§ 96 – Técnicas Processuais	
639 – Tutela específica	32
639-a – Tutela substitutiva	33
639-b – Medidas de apoio	34
639-c – A multa (<i>astreinte</i>)	34
639-d – Execução da multa	35

639-e – Obrigações de não fazer	36
639-f – Encerramento do processo	37
§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade	
640 – Execução das prestações de declaração de vontade	39
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	40
640-b – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	41
640-c – Natureza jurídica da sentença	41

Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

§ 98 – Noções Introdutórias	
641 – Noção de obrigação de dar (<i>entrega de coisa</i>)	44
641-a – Execução específica e execução substitutiva	44
§ 99 – Técnica Processual	
642 – Procedimento pós-sentença	46
643 – Tutela substitutiva	46
644 – Multa e outras medidas de apoio	47
645 – Obrigação genérica	47
646 – Retenção por benfeitorias	47

Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

§ 100 – Noções Introdutórias	
647 – Noção de obrigação por quantia certa	50
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença	50
649 – Multa legal	50
§ 101 – Técnica Processual	
650 – Requerimento do credor	53
651 – O procedimento executivo	53
§ 102 – Defesa do Devedor	
652 – Impugnação do executado	55
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	55
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	60
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	60
656 – Procedimento da impugnação	61
657 – Efeito da impugnação	61
658 – Instrução probatória	61
659 – Julgamento da impugnação	61

Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos

§ 103 – Enumeração Legal	
660 – Noções introdutórias	64
660-a – Medidas preparatórias	65
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira	65
660-c – Encerramento da execução de sentença	65

§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil	68
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	70
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito	72
664 – Pensionamento em salários mínimos	74
665 – Sentença penal condenatória	74
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação	75
667 – Homologação de acordo extrajudicial	76
668 – Sentença arbitral	76
669 – Sentença estrangeira	77
670 – O formal de partilha	78
§ 105 – Particularidades de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas	80
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	80
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	81
673 – Julgamento fracionado da lide	82
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias	85
675 – Fundamentos da execução provisória	85
676 – Execução de título extrajudicial embargada	85
677 – Situação do tema no Código	86
678 – Normas básicas da execução provisória	87
678-a – Incidentes da execução provisória	89
678-b – Processamento da execução provisória	90
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença	92
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	92
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa	93
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral	93
679-d – Competência para execução civil da sentença penal	93
679-e – Competência internacional	94
Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido	
§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida	96
681 – Execução da sentença ilíquida	96
682 – Casos de iliquidez da sentença	97
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença	97
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios	98
682-c – Limites da liquidação	99
682-d – Contraditório	99
682-e – Liquez parcial da sentença	99
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido	100
682-g – Recursos	100
682-h – Liquidação frustrada	101
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis	104
683-a – Liquidação por cálculo	104
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	105

683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva	105
683-d – Liquidação por arbitramento	106
683-e – Liquidação por artigos	107
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação	108
683-g – Rescisão da decisão liquidatória	109
683-h – Direito intertemporal	110

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada ✓

684 – Vias de execução	118
685 – O processo judicial	118
686 – Processo de conhecimento e processo de execução	118
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	119
686-b – Visão unitária da jurisdição	120
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada	121
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	121
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	122
686-f – Meios de execução	123
686-g – Autonomia do processo de execução	123
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução	125
686-i – Novos rumos da execução de sentença	125

§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva

687 – Princípios informativos do processo de execução	128
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real	128
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	129
687-c – Princípio da utilidade da execução	129
687-d – Princípio da economia da execução	129
687-e – Princípio da especificidade da execução	129
687-f – Princípio dos ônus da execução	130
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana	131
687-h – Princípio da disponibilidade da execução	131
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	132

§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução

688 – As várias formas de execução	135
688-a – Execução singular e execução coletiva	135
689 – Atos de execução	135
690 – Relação processual executiva	137
691 – A citação executiva	137

§ 113 – Execução Provisória e Definitiva

692 – Procedimento da execução forçada	140
692-a – Observações sobre a petição inicial	140

§ 114 – Disposições Gerais

693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	143
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	143

Capítulo XXIX – Requisitos para realizar qualquer execução

§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada	
695 – Pressupostos processuais e condições da ação	146
696 – O título executivo	146
696-a – Função do título executivo	147
696-b – Efeito prático do título executivo	148
696-c – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade	148
696-d – Forma dos títulos executivos	150
697 – O inadimplemento do devedor	150
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral	151

Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
698 – Elementos do processo executivo	154

Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

§ 117 – Partes. Legitimação Ativa ✓	
699 – Nomenclatura	156
700 – Legitimação ativa	156
701 – Legitimação ativa originária do credor	156
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	157
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	157
704 – Espólio	158
705 – Herdeiros e sucessores	159
706 – Cessionário	159
707 – Sub-rogado	160
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	161
709 – Terceiros interessados	161

§ 118 – Legitimação Passiva ✓	
710 – Legitimação passiva	163
711 – Dívida e responsabilidade	163
712 – O devedor	164
713 – Espólio e sucessores	165
714 – O novo devedor	166
715 – Fiador judicial	167
715-a – Fiador extrajudicial	168
716 – Responsável tributário	169
717 – Revelia do devedor e curador especial	171

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
718 – Litisconsórcio	174
719 – Assistência	174
720 – Denúnciação da lide	175
721 – Chamamento ao processo	176

§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções	179
722-a – Cúmulo subjetivo	180

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução	182
723-a – Execução de sentença	182
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais	183
723-c – Competência para a execução fiscal	183
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro	184
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos	184

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exeqüíveis	186
724-a – Resquícios da execução pessoal	186
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade	188
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	189
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	189
728 – Responsabilidade executiva secundária	190
729 – Excussão de bens do sucessor singular	190
730 – Excussão de bens do sócio	191
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	191
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	192
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação	193
734 – Bens alienados em fraude de execução	193
735 – Casos de fraude de execução	195
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	196
736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução	198
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	199
738 – Excussão de bens do fiador	199
739 – Bens de espólio	200

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	202
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	202
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	205
743 – Títulos cambiários e cambiariformes	205
744 – Duplicata	206
745 – Responsáveis cambiários	206
746 – Documento público ou particular	207
747 – Confissões de dívida	208
747-a – Contrato de abertura de crédito	208
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	210
748-a – Execução hipotecária	212
749 – Classificação das garantias	213
750 – Seguros	214
751 – Rendas imobiliárias	214
752 – Encargo de condomínio	215

753 – Custas judiciais	216
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	216
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título ...	219
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	220
757 – Títulos estrangeiros	220

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	222
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	222
760 – A documentação da petição inicial	224
761 – Outras providências a cargo do credor	224
762 – Obrigações alternativas	224
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	225
764 – Medidas acautelatórias	225
765 – Dívida sujeita à contraprestação	225
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída	226
767 – Execução e prescrição	226
768 – Nulidades no processo de execução	227
769 – Imperfeição do título executivo	227
770 – Falta de título executivo	228
771 – Nulidade da execução fiscal	228
772 – Vício da citação	229
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	230
774 – A arguição das nulidades	230
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	231
776 – Execução realizável por vários meios	232
776-a – Peculiaridades da citação executiva	232

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito	236
778 – Entrega de coisa certa	236
779 – Procedimento	237
779-a – Cominação de multa diária	237
780 – Efeito dos embargos	238
781 – Alienação da coisa devida	238
782 – Execução da obrigação substitutiva	239
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	240
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	240
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	241
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	241
784-c – Embargos de retenção	242
785 – Execução para entrega de coisa incerta	242
786 – Medidas de coerção e apoio	243

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato	248

788 – Fungibilidade das prestações	248
789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	249
790 – Distinções preliminares	250
791 – Princípios comuns	250
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	251
793 – Execução das prestações fungíveis	251
794 – Realização da prestação fungível por terceiro	252
795 – Inadimplência do terceiro arrematante	253
796 – Realização da prestação pelo próprio credor	254
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil	254
798 – Execução das prestações infungíveis	255
799 – Execução das obrigações de não fazer	255
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	256

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	262
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	262
803 – Espécies	263

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	266
805 – Proposição	266
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	267

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	270
808 – Natureza jurídica da penhora	270
809 – Função da penhora	272
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	273
811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel	275
812 – Penhora de imóvel na sistemática da Lei nº 10.444, de 07.05.02	276
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	278
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	281
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	282
814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	284
814-b – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	285
815 – Bens relativamente impenhoráveis	286
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	286
817 – Limites da penhora	289
818 – Escolha dos bens a penhorar	289
819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor	290
820 – Nomeação de bens pelo credor	291
821 – Bens fora da comarca	291

§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	294
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	294
824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão	295
825 – Intimação de penhora	295
§134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	298
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	298
828 – Penhora de direitos e ações	298
829 – Penhora sobre créditos do executado	299
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	299
831 – Penhora no rosto dos autos	299
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	300
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	300
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	301
835 – Penhora de navio ou aeronave	301
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	302
§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	304
838 – Remição da execução por quantia certa	305
§ 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados	307
840 – Escolha do depositário	307
841 – Função do depositário	307
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	308
843 – Depositário comum e depositário administrador	308
844 – Responsabilidade do depositário	309
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	309
846 – Prisão civil do depositário judicial	309

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

§ 137 – Expropriação	
847 – Conceito	312
§ 138 – Arrematação	
848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação	314
849 – Avaliação	314
850 – Laudo de avaliação	315
851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados	315
852 – Espécies de arrematação	316
853 – Leilão e praça	317
854 – Editais e outras divulgações da arrematação	317
855 – Intimação do devedor	318
855-a – Outras intimações	318
856 – Adiamento da arrematação	319
857 – A hasta pública	320
858 – Legitimação para arrematar	320
859 – Forma de pagamento da arrematação	322
860 – Auto de arrematação	322
861 – Arrematação de imóveis	322

862 – Desfazimento ou retratação da arrematação	323
863 – Carta de arrematação	326
864 – Efeitos da arrematação	327
865 – Evicção e arrematação	328
866 – Vícios redibitórios	329
867 – Ação anulatória da arrematação	329
§ 139 – Remição	
868 – Remição de bens	332
869 – Remição de bens e remição da execução	332
870 – Mecanismo da remição de bens	332
871 – Bens passíveis de remição	333
872 – Legitimação	333
873 – Oportunidade	334
874 – Preço	335
875 – Sentença de remição	335
876 – Carta de remição	335

Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 140 – Pagamento ao Credor

877 – Satisfação do direito do credor	338
877-a – Última etapa do processo de execução	338

§ 141 – Pagamento por Entrega do Dinheiro

878 – Entrega do dinheiro	340
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	340
880 – Procedimento do concurso particular	341

§ 142 – Pagamento por Adjudicação de Bens

881 – Adjudicação	343
882 – Pressuposto da adjudicação	343
883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação	344
884 – Depósito do preço da adjudicação	345
885 – Sentença e carta de adjudicação	345

§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado

886 – Usufruto de imóvel ou empresa	348
887 – Usufruto forçado de empresa	349

Capítulo XLIII – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público

888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	356
888-a – Julgamento	357
888-b – Exceções ao regime dos precatórios	358
889 – Execução por quantia certa fundada em sentença	359
889-a – Execução provisória	359
889-b – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	360
889-c – Procedimento para obtenção do precatório complementar	361
889-d – Execução de obrigação de dar	362
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública	362

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	368
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	368
892 – Averbação em folha de pagamento	368
893 – Prisão civil do devedor	369
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	370
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	371

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	376
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	376
898 – Classificação dos embargos do devedor	377
899 – Legitimação	377
900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado	379
901 – Competência	380
902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	381
903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor	381
904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor	382
905 – Rejeição liminar dos embargos	384
906 – Procedimento	384
907 – Revelia nos embargos	385
908 – Efeito suspensivo dos embargos	385
909 – Embargos à execução de sentença	386
910 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	387
911 – Embargos de retenção por benfeitorias	388
912 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial	389
913 – Autonomia da ação de embargos do devedor	390
913-a – Embargos à arrematação e à adjudicação	390
913-b – Exceção de pré-executividade	391

§ 147 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	395
915 – Legitimação ativa	395
916 – Legitimação passiva	396
917 – Valor da causa	396
918 – Competência	397
919 – Oportunidade	397
920 – Julgamento e recurso	397
921 – Procedimento	397
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	398
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	398

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 148 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	404

925 – Pressupostos da execução coletiva	405
926 – Efeitos da declaração de insolvência	406
927 – Características da execução coletiva	408
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	408
§ 149 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	411
930 – Caracterização da insolvência	412
§ 150 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	415
932 – Insolvência requerida pelo credor	416
933 – Caráter facultativo da ação concursal	416
934 – Insolvência de cônjuges	417
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	417
§ 151 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	420
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	421
§ 152 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	425
§ 153 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	427
§ 154 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	430
941 – Atribuições do administrador	431
§ 155 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	433
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	434
944 – Quadro geral de credores	434
§ 156 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	437
946 – Encerramento e suspensão do processo	437
947 – Saldo devedor	438
948 – Extinção das obrigações	439
§ 157 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	442
950 – Pensão para o devedor	442
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	443
951-a – Editais	443

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 158 – Vicissitudes do Processo Executivo

952 – Suspensão da execução	450
953 – Casos de suspensão	450

954 – Suspensão provocada por embargos	451
955 – Suspensão prevista no art. 265, nº I a III	451
955-a – Suspensão por transação	451
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	451
957 – Efeitos da suspensão	452
958 – Extinção da execução	452
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	453
960 – Extinção por remissão da dívida	453
961 – Extinção por renúncia	453
962 – Outros casos de extinção da execução	453
963 – Sentença de extinção	454
964 – Coisa julgada	455
§ 159 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	457
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	457
967 – Casos de cabimento da apelação	458
968 – Casos de agravo de instrumento	458
969 – Efeitos dos recursos	459
970 – Causas de alçada	460

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 160 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	464
972 – Processo principal e processo cautelar	465
973 – A ação cautelar	465
974 – Medidas cautelares	466
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	467
976 – Provisoriamente	467
977 – Revogabilidade	468
978 – Autonomia	469
979 – Classificação das medidas cautelares	469
980 – Classificação do direito positivo	470
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	471
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas	472
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	472
§ 161 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	475
984 – O <i>fumus boni iuris</i>	475
985 – <i>Periculum in mora</i>	476
986 – Oportunidade da providência cautelar	477
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i>	477
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i>	478
§ 162 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	481
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	481
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	482

992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	482
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	483
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	484
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	484
996 – Limites do poder geral de cautela	485

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 163 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	490
998 – Competência	490
999 – Competência e prevenção do juízo	491
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	492
1.000-a – Intervenção de terceiros	493
§ 164 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	496
1.002 – Provas	496
1.003 – Instrução do processo cautelar	496
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	497

Capítulo L – Procedimento

§ 165 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	500
1.006 – Procedimentos cautelares	500
1.007 – Autuação própria	501
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	501
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual	502
§ 166 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	505
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	505
1.012 – Lide e seu fundamento	506
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	506
1.014 – Provas a produzir	507
1.015 – O pedido	508
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	508
§ 167 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido	511
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	511
1.019 – Revelia	512
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	512
§ 168 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	514
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	515
1.023 – Contracautela	515

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 169 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	518

1.025 – Coisa julgada	518
1.026 – Limites da sentença	518
1.027 – Fundamentação	519
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	519

§ 170 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar	523
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	523
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	524
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	524

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 171 – Fungibilidade

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	528
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	528
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	528
1.036 – Procedimento	529

§ 172 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	531
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	531
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	531
1.040 – Conclusão	532
1.041 – Suspensão do processo	533

§ 173 – Extinção da Medida Cautelar

1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	535
1.043 – Processamento da extinção	535
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	535

§ 174 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar

1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	538
1.046 – Procedimento	538
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	539

Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar

§ 175 – Remédios Recursais

1.048 – Apelação	542
1.049 – Agravo	542
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	542

Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 176 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar

1.051 – Responsabilidade civil do promovente	544
1.052 – Liquidação e execução da indenização	544

Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 177 – Arresto

1.053 – Conceito	548
1.054 – Arresto e seqüestro	548

1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	549
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	549
1.057 – Fundado receio de dano	549
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto	550
1.059 – Prova documental	550
1.060 – Justificação prévia	551
1.061 – Caução	551
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	552
1.063 – Bens arrestáveis	552
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	553
1.065 – Competência	553
1.066 – Procedimento	554
1.067 – Execução do arresto	554
1.068 – Depositário	555
1.069 – Suspensão da execução do arresto	555
1.070 – Efeitos do arresto	556
1.071 – Extinção do arresto	556
§ 178 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	560
1.073 – Ação de seqüestro	560
1.074 – Procedimento	561
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro	561
1.076 – Cabimento do seqüestro	561
1.077 – Objeto do seqüestro	561
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	562
1.079 – Casuísmo legal	562
1.080 – Receio de rixas e danificações	563
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	564
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	564
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	565
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	565
§ 179 – Caução	
1.085 – Conceito	569
1.086 – Classificação	569
1.087 – Cauções legais	569
1.088 – Cauções negociais	570
1.089 – Caução processual	570
1.090 – A ação de caução	570
1.091 – Objeto da caução	571
1.092 – Legitimação e competência	571
1.093 – Procedimento	571
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	572
1.095 – Execução da sentença	573
1.096 – Caução às custas	573
1.097 – Reforço da caução	574
§ 180 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	577
1.099 – Classificação	577
1.100 – Pressupostos	578
1.101 – Objeto	578
1.102 – Competência	578

1.103 – Procedimento	578
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	579
↳ § 181 – Exibição	
1.105 – Conceito	582
1.106 – Ação de exibição	582
1.107 – Classificação	582
1.108 – Exibição incidental	583
1.109 – Ação cautelar exorbitária	583
1.110 – Exibição de coisas móveis	584
1.111 – Exibição de documentos	584
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	585
1.113 – Procedimento da ação exorbitária contra parte	586
1.114 – Procedimento da ação exorbitária contra terceiro	588
1.115 – Eficácia da exibição	589
1.116 – Prevenção de competência	589
1.117 – Ação exorbitária e medida liminar	589
↳ § 182 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	593
1.119 – Ação cautelar antecipatória	593
1.120 – Cabimento	593
1.121 – Oportunidade	595
1.122 – Objeto da antecipação de prova	595
1.123 – Competência	595
1.124 – Procedimento	596
1.125 – Sentença	597
1.126 – Valoração da prova antecipada	597
1.127 – Eficácia	597
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i>	598
1.129 – Despesas processuais	598
1.130 – Destino dos autos	598
↳ § 183 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	601
1.132 – Alimentos provisionais	601
1.133 – Cabimento e oportunidade	602
1.134 – Legitimação	603
1.135 – Competência	603
1.136 – Procedimento	603
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	604
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	605
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	605
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	606
1.141 – Execução	606
↳ § 184 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	610
1.143 – Pressupostos	610
1.144 – Objetivo da medida	611
1.145 – Legitimação	611
1.146 – Procedimento	611
1.147 – O contraditório	612

1.148 – Sentença	613
1.149 – Eficácia	613
§ 185 – Justificação	
1.150 – Conceito	616
1.151 – Natureza jurídica	616
1.152 – Objetivo	616
1.153 – Competência	617
1.154 – Procedimento	617
1.155 – Julgamento da justificação	618
§ 186 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	621
1.157 – Protesto	621
1.158 – Notificação	622
1.159 – Interpelação	622
1.160 – Indeferimento do pedido	622
1.161 – Contraprotesto	623
1.162 – Procedimento	624
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	625
§ 187 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	628
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	628
1.166 – Procedimento	629
1.167 – Sentença	630
1.168 – Execução	630
§ 188 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	633
1.170 – Natureza da ação	633
1.171 – Legitimação	633
1.172 – Procedimento	634
1.173 – Sentença	635
1.174 – Efeitos	635
§ 189 – Atentado	
1.175 – Conceito	639
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	639
1.177 – Cabimento	639
1.178 – Pressupostos do atentado	640
1.179 – Exame do casuísmo legal	640
1.180 – Legitimidade	641
1.181 – Competência	642
1.182 – Procedimento	642
1.183 – Sentença	643
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	643
1.184-a – Perdas e danos	644
§ 190 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário	647
1.185-a – Procedimento	647
1.185-b – Registro do protesto	648

1.185-c – Dúvidas do Oficial.....	648
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor	649

§ 191 – Outras Medidas Provisionais

1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	653
1.186-a – Procedimento	653

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 192 – Noções Introdutórias

1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material ..	658
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	659
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	660
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	662
1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência	664
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	665
1.187-f – Conclusão	667

§ 193 – Tutela Antecipada

1.188 – Intróito	670
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela ...	672
1.188-b – Justificação da tutela antecipada	673
1.188-c – Conceito de tutela antecipada	674
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	675
1.188-e – Casos de antecipação de tutela	677
1.188-f – Extensão	678
1.188-g – Pressupostos	679
1.188-h – Outros pressupostos	680
1.188-i – Momento ou oportunidade	680
1.188-j – Provisoriamente	681
1.188-l – Reversibilidade	682
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público	683
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada	684
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	685
1.188-p – Conclusão	686

§ 194 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas

1.189 – Noção de antecipação de tutela	688
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada	688
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias	689
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito ...	691
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	698
1.189-e – Conclusão	698

§ 195 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias

1.190 – Jurisdição e execução	700
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução	701
1.190-b – Medidas cautelares	702

1.190-c – Execução das medidas cautelares	703
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	704
1.190-e – Tutela antecipatória	707
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela	708
§ 196 – Necessidade de Não Radicalizar a Distingção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito	711
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	713
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	715
1.191-c – Conclusão	717
§ 197 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil	720
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil	722
1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	725
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução	728
1.192-d – Conclusão	730
Bibliografia	733
Índice Onomástico	747
Índice Alfabético de Assuntos	751
Índice dos Fluxogramas	783

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
Apresentação da 38ª edição	VII
Apresentação da 36ª edição	IX
Apresentação da 35ª edição	XI
Apresentação	XIII

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades

1.193 – Conceito	4
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais	5
1.195 – Técnicas de especialização procedimental	6
1.196 – Complementação das regras procedimentais	7
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais	7
1.198 – Erro na adoção do procedimento	8

Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação

1.199 – O direito de pagar	12
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor	12
1.201 – A ação de consignação em pagamento	13
1.202 – Histórico da consignação em pagamento	13

§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento

1.203 – Natureza do instituto da consignação	17
1.204 – Natureza processual da ação de consignação	17
1.205 – Prestações passíveis de consignação	18
1.206 – Cabimento da consignação	18
1.207 – Liquidez da prestação devida	20
1.208 – Consignação principal e incidental	23
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i>	24
1.210 – Competência	26
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida	27
1.212 – Oportunidade da consignatória	28
1.213 – Objeto da consignação	30
1.214 – Obrigação de prestações periódicas	31
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	31
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos	32
1.217 – O procedimento especial da consignatória	33
1.218 – Obrigações alternativas	34
1.219 – Valor da causa	35
1.220 – Resposta do demandado	35
1.221 – Comparecimento do credor para receber	35
1.222 – Não-comparecimento e revelia do demandado	37

1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor	38
1.224 – Contestação	38
1.225 – Matéria de defesa	39
1.226 – Complementação do depósito insuficiente	40
1.227 – Sentença	41
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	42
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida	42
1.230 – A posição dos possíveis credores	43
1.231 – Resgate da enfiteuse	45
1.231-a – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	46
1.231-b – A consignação de obrigação em dinheiro	48
1.231-c – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	49

Capítulo LI⁸ – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial

1.232 – Conceito e espécies de depósito	54
1.233 – Ação de depósito	55
1.234 – Histórico	55
1.235 – Natureza da ação	56
1.236 – Objeto da pretensão	57

§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito

1.237 – Pressupostos da ação	60
1.238 – Legitimação	60
1.239 – Competência	61
1.240 – Especialidade do procedimento	62
1.241 – Caráter expedito do procedimento	62
1.242 – Prisão civil	63
1.243 – Resposta do demandado	64
1.244 – Entrega da coisa	65
1.245 – Consignação do equivalente econômico	65
1.246 – Consignação da própria coisa	66
1.247 – Contestação	67
1.248 – Sentença e execução	67
1.249 – Outras providências executivas	68
1.250 – Depositário judicial	69
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural	70
1.252 – Alienação fiduciária em garantia	72

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador

1.253 – Tutela processual do título ao portador	76
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis	76

§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador

1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador	79
1.256 – Ação de reivindicação	79
1.257 – Ação de anulação e substituição	80
1.258 – Legitimação	81
1.259 – Competência	81
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	81
1.261 – Justificação liminar	82

1.262 – Contestação	83
1.263 – Posição processual do devedor	84
1.264 – Sentença	84
1.265 – Ordem de substituição do título	86
1.266 – Destruição do título	86

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades	
1.267 – Conceito	92
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas	92
1.269 – Natureza jurídica	93
1.270 – Cabimento	94
1.271 – Legitimação e interesse	96
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais	97
1.273 – Sociedade e prestação de contas	98
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	99
1.275 – Prestação de contas entre condôminos	100
1.276 – Organização das contas	100
1.277 – Prova das contas	101

§ 207 – Ação de Exigir Contas

1.278 – Ação de exigir contas	103
1.279 – Procedimento da primeira fase	103
1.280 – Reconvenção	104
1.281 – Sentença da primeira fase	104
1.282 – Procedimento da segunda fase	105
1.283 – Contas elaboradas pelo autor	106
1.284 – Sucumbência	107

§ 208 – Ação de Dar Contas

1.285 – Caráter unitário do procedimento	110
1.286 – Procedimento	110
1.287 – Sucumbência	112

§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas

1.288 – Sentença e execução	114
-----------------------------------	-----

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades

1.289 – A posse e seus efeitos	118
1.290 – A razão da tutela possessória	119
1.291 – O instituto da posse e a paz social	120
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	122
1.293 – Natureza jurídica da posse	123
1.294 – Requisitos da tutela possessória	126

§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição

1.295 – Origem dos interditos possessórios	130
1.296 – As ações possessórias	130
1.297 – Competência	131
1.298 – Legitimação ativa	131
1.299 – Legitimação passiva	132

1.299-a – Petição inicial	132
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha	133
1.301 – Medida liminar	134
1.302 – A decisão sobre a liminar	135
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos	136
1.304 – O petitório e o possessório	137
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório	140
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	142
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias	143
1.308 – Natureza real das ações possessórias	144
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital	145
1.310 – Cumulação de pedidos	147
1.311 – Interdito proibitório	148

§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos

1.312 – Embargos de terceiro	151
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança	152
1.314 – Embargos de retenção	153
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide	153

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades

1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir	158
1.317 – Nunciação de obra nova	159
1.318 – Conceito de obra nova	161

§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova

1.319 – Competência	163
1.320 – Legitimação ativa	163
1.321 – Legitimação passiva	165
1.322 – Participação do cônjuge	165
1.323 – Embargo extrajudicial	165
1.324 – Cumulação de pedidos	166
1.325 – Embargo liminar	167
1.326 – Prosseguimento da obra	168
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova	169
1.328 – Sentença e execução	169

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva

1.329 – Noção de usucapião	172
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro	172
1.331 – Requisitos gerais do usucapião	172
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário	178
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário	180
1.334 – Requisitos do usucapião especial	181

§ 216 – Condições de Procedibilidade

1.335 – Legitimação ativa	184
1.336 – Legitimação passiva	185

1.337 – Competência	187
1.338 – Conexão e litispendência	188
§ 217 – Procedimento	
1.339 – Procedimento	191
1.340 – Petição inicial	191
1.341 – Citação	192
1.342 – Justificação preliminar	193
1.343 – Contestação	194
1.344 – Revelia	195
1.345 – Pendência de possessória	195
1.346 – Ministério Público	196
1.347 – Instrução e julgamento	196
1.348 – Sentença	197
1.349 – Coisa julgada	197
1.350 – Registro de Imóveis	198
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	199

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Intróito	204
1.353 – Noções gerais	204
1.354 – As ações divisórias	205
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	205
1.356 – Caráter unitário do procedimento	205
1.357 – Procedimento	206
1.358 – Citação única	207
1.359 – Natureza da ação	208
1.360 – Competência	208
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	209
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	210
§ 219 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	212
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação	213
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória	214
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	215
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	216
§ 220 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório	219
1.369 – Legitimação passiva para a divisão	220
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	222
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão	222
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório	223
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse	226
1.374 – Questões possessórias	226
1.375 – Coisa julgada	227
1.376 – Rescisão do julgado divisório	228
1.377 – Exceção de prescrição	229
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária)	230
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório	231
1.380 – Inépcia da petição inicial	232
1.381 – Execução de sentença	233

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 222 – Disposições Gerais	
1.382 – Intróito	240
1.383 – Caráter contencioso do inventário	240
1.383-a – Inventário e partilha por via administrativa	241
1.383-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	243
1.383-c – Execução da partilha por via administrativa	244
1.384 – Inventário negativo	244
1.385 – Competência	245
1.386 – Universalidade do foro sucessório	246
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório	246
1.388 – Administração da herança	247
1.389 – O inventariante	248
1.390 – Encargos do inventariante	249
1.391 – Remoção do inventariante	251
1.392 – Legitimação para promover o inventário	252
§ 223 – Inventário Judicial	
1.393 – Procedimento	255
1.394 – Petição inicial	255
1.395 – Primeiras declarações	255
1.396 – Citações e interveniências	256
1.397 – Impugnação dos citados	257
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	258
1.399 – Avaliação	259
1.400 – Últimas declarações	260
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	260
1.402 – Colações	261
1.403 – Sonegados	262
1.404 – Pagamento de dívidas do morto	263
§ 224 – Partilha	
1.405 – Espécies de partilha	266
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	266
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	268
1.408 – A sentença da partilha	269
1.409 – O formal de partilha	269
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	270
1.411 – Pacto de não partilhar	271
§ 225 – Invalidação da Partilha	
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	275
1.413 – Conceituação de partilha judicial	275
1.414 – Conceituação de partilha amigável	277
1.415 – Casuismo da rescisória de partilha	278
1.416 – Ação de nulidade de partilha	279
1.416-a – Ação de petição de herança	280
§ 226 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário	283
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031	283

1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036	285
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.1980	286
1.419-b – Inventário administrativo	286
§ 227 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares	288
1.421 – Sobrepartilha	289
1.422 – Curatela especial ao herdeiro	289
1.423 – Inventários cumulados	290
1.424 – Honorários de advogado	290
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa	291
1.426 – Assistência judiciária	292
1.427 – Terceiros prejudicados	292

Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 228 – Generalidades	
1.428 – Conceito	302
1.429 – Natureza jurídica	303
1.430 – Requisitos	303
1.431 – Ato judicial atacável	305
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores	306
1.433 – Casos especiais	307
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório	307
1.435 – Embargos do credor com garantia real	308
§ 229 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa	311
1.437 – Legitimação passiva	314
1.438 – Oportunidade	314
1.439 – Competência	315
1.440 – Procedimento	316
1.441 – Sentença	317

Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito	322
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação	322
1.444 – Competência	323
1.445 – Procedimento	323
1.446 – Ação de habilitação	323
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário	324
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação	324
1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal	324

Capítulo LXIX – Restauração de Autos

§ 231 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito	330
1.451 – Objetivo do procedimento	330
1.452 – Legitimidade	331
1.453 – Competência	331
1.454 – Procedimento	331
1.455 – Julgamento da restauração	332
1.456 – Autos extraviados no tribunal	332

1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	332
Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio	
§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito	336
1.459 – Procedimento da execução do preço	336
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa	336
Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral	
§ 233 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro	342
1.462 – Disposições gerais	343
1.463 – Convenção de arbitragem	344
1.464 – Cláusula compromissória	344
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória	344
1.466 – Execução da cláusula compromissória	345
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	346
1.466-b – Direito intertemporal	347
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória	349
1.468 – Compromisso arbitral	349
1.469 – Extinção do compromisso arbitral	350
1.470 – Os árbitros	350
1.471 – O procedimento	351
1.472 – Medidas cautelares	352
1.472-a – Sentença arbitral	353
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral	353
1.472-c – Recursos	354
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral	354
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	355
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	357
Capítulo LXXII – Ação Monitória	
§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Intróito	360
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	360
1.475 – Em que consiste o procedimento monitório	361
§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitória	365
1.477 – O procedimento monitório brasileiro	365
1.478 – Objeto	367
1.479 – Legitimidade ativa	367
1.480 – Legitimidade passiva	368
1.481 – Prova	369
1.482 – Procedimento	372
1.483 – Embargos à ação monitória	374
1.484 – Coisa julgada	375

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades	
1.485 – Intróito	380

1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	381
1.486-a – Litigiosidade incidental	382
1.487 – A função do juiz	382
1.488 – Procedimentos	383

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais	386
1.490 – Alienações cautelares	386
1.491 – Iniciativa da medida	386
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei	387
1.493 – Leilão	387
1.494 – Avaliação prévia	388
1.495 – Publicidade	388
1.496 – Arrematação	389
1.497 – Destino do produto da alienação	389
1.498 – Custódia do produto	389
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	390
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	390
1.501 – Bens de órfãos	391
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	391
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	393
1.504 – Procedimento especial da adjudicação	393

Capítulo LXXV – Separação Consensual

§ 238 – Procedimento da Separação Consensual	
1.505 – Noções introdutórias	398
1.506 – Natureza jurídica	398
1.507 – Requisitos	398
1.508 – Legitimação	399
1.509 – Competência	399
1.510 – Petição inicial	399
1.511 – Procedimento	401
1.512 – Sentença de homologação	402
1.513 – Reconciliação do casal	402
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação	402
1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa	403
1.514-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	404
1.514-c – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública	405

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento	408
1.516 – Competência	409
1.517 – Procedimento	409
1.518 – Sentença	409
1.519 – Efeitos	409
1.520 – Busca e apreensão	410

1.521 – Testamento público	410
1.522 – Testamento particular	410
1.523 – Procedimento	411
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo	413
1.525 – Testamenteiro	413

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança	418
1.527 – Competência	418
1.528 – Legitimação	418
1.529 – Procedimento	419
1.530 – A administração da herança jacente	420
1.531 – Habilitação	420
1.532 – Declaração de vacância	420

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência	424
1.534 – Pressupostos	424
1.535 – Competência	424
1.536 – Fases do procedimento	424
1.537 – Procedimento da primeira fase	424
1.538 – Procedimento da sucessão provisória	425
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	426

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito	430
1.541 – Legitimação	430
1.542 – Competência	430
1.543 – Cabimento	430
1.544 – Procedimento	431

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição	434
1.546 – Legitimado passivo	434
1.547 – Competência	434
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	434
1.549 – Petição inicial	435
1.550 – Procedimento	435
1.551 – Sentença	436
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando	437
1.553 – Rescisória	437
1.554 – Levantamento da interdição	438
1.555 – Investidura dos curadores	438
1.556 – Remoção de curador	438
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	439

Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação	444

1.559 – Procedimento da instituição da fundação.....	444
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	445
1.561 – Alteração do estatuto	445
1.562 – Extinção da fundação	445

Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal	450
1.564 – Competência	450
1.565 – Legitimação	450
1.566 – Procedimento	451
1.567 – Bens insuficientes	451
1.568 – Especialização negocial	452
1.569 – Eficácia da hipoteca	452

Parte XVIII – Juizado Especial Civil

Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 246 – Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Intróito	458
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	459
1.572 – O Juizado Especial Civil	459
1.573 – Criação do Juizado Especial	460
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	461
1.575 – Princípios informativos	461
1.576 – Princípio da oralidade	461
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	462
1.578 – Conciliação	463
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	464

§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência	466
1.581 – Foro competente	466
1.582 – Competência para execução forçada	466
1.583 – Limitações à competência	467
1.584 – O órgão judicante	467
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz	467
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	468
1.587 – O juízo arbitral	469

§ 248 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i>	471
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i>	471
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros	472
1.591 – Intervenção do Ministério Público	472

§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma	474
1.593 – O procedimento	474
1.594 – A propositura da ação	474

1.595 – Citações e intimações	475
1.596 – Requisitos da citação	475
1.597 – Intimações	476
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento	476
1.599 – A resposta do réu	477
1.600 – As provas	478

§ 250 – A Sentença e os Recursos

1.601 – A sentença	480
1.602 – Recursos	480
1.603 – Extinção do processo	482

§ 251 – Execução e Disposições Especiais

1.604 – Execução forçada	485
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil	486
1.606 – Curadorias e assistência judiciária	486
1.607 – Acordos extrajudiciais	487
1.608 – Ação rescisória	487
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	487

Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal

§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal

1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal	490
1.611 – Disciplina legal	490
1.612 – Princípios informativos	490
1.613 – Competência absoluta	491

§ 253 – Órgão Judicante

1.614 – Composição do órgão judicante	493
1.615 – Sessão de conciliação	493
1.616 – Competência	493
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	493

§ 254 – Partes

1.618 – Legitimação	496
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio	496
1.620 – Ministério Público	496
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes	496

§ 255 – Atos Processuais e Procedimento

1.622 – Princípios	498
1.623 – Atos de comunicação processual	498
1.624 – Uso de meios eletrônicos	498
1.625 – Prazos	498
1.626 – Petição Inicial	498
1.627 – Resposta	499
1.628 – Exceções	499
1.629 – Sessão de conciliação	499
1.630 – Instrução probatória	500
1.631 – A sentença e as máximas de experiência	500
1.632 – Reexame necessário	501

§ 256 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial	503
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário	503
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência	503
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução	506
1.637 – Medidas cautelares	506
1.638 – Antecipação de tutela	506

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados
fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXV – Ações Constitucionais

§ 258 – A Constituição e o Processo	
1.639 – O direito processual constitucional	512
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional	512
§ 259 – Mandado de Segurança	
1.641 – Conceito	514
1.642 – Natureza da ação	514
1.643 – Legitimação ativa	515
1.644 – Legitimação passiva	515
1.645 – Ato de autoridade judicial	517
1.646 – Litisconsórcio	517
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	518
1.648 – Procedimento	518
1.649 – Liminar	518
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	520
1.651 – Competência	520
1.652 – Sentença e coisa julgada	521
§ 260 – Mandado de Segurança Coletivo	
1.653 – Conceito	523
1.654 – Legitimação ativa	523
1.655 – Legitimação passiva	524
1.656 – Procedimento e competência	524
§ 261 – Mandado de Injunção	
1.657 – Conceito	526
1.658 – Objeto	526
1.659 – Pressupostos	526
1.660 – Legitimação	527
1.661 – Competência	527
1.662 – Procedimento	528
§ 262 – <i>Habeas Data</i>	
1.663 – Conceito	530
1.664 – Natureza jurídica	530
1.665 – Legitimidade e interesse	531
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i>	531
1.667 – Competência	532

1.668 – Procedimento	532
1.669 – Cumprimento da sentença	533
1.670 – Coisa julgada	533
§ 263 – Ação Popular	
1.671 – Conceito	535
1.672 – Requisitos	535
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular	536
1.674 – Legitimação	536
1.675 – Procedimento	537
1.676 – Sentença	537
1.677 – Coisa julgada	538
1.678 – Execução	538
1.678-a – Prescrição	538

Capítulo LXXXVI – Ações Coletivas

§ 264 – Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico	542
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo	542
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	543
1.681-a – Objeto da ação civil pública	543
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC	544
1.683 – Legitimação	546
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos ...	546
1.684-a – Inquérito civil	549
1.685 – Competência	550
1.686 – Procedimento	551
1.687 – Liminar	551
1.688 – Coisa julgada	551
1.689 – Execução	552

Capítulo LXXXVII – Ações Locatícias

§ 265 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais	556
1.691 – Tramitação durante as férias forenses	556
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i>	556
1.693 – Valor da causa	557
1.694 – Atos de comunicação processual	557
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	558
§ 266 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza	560
1.697 – A força executiva do procedimento	560
1.698 – A liminar na ação de despejo	561
1.699 – Legitimação	562
1.700 – Documentação da petição inicial	563
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador	563
1.702 – Denúncia vazia	564
1.703 – Denúncia cheia	564
§ 267 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento	566

1.705 – Conseqüência da cumulação de pedidos	566
1.706 – Purga da mora	567
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora	567
1.708 – Purga da mora e contestação	568
§ 268 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária	570
1.710 – Execução forçada	570
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	571
1.712 – Execução provisória e caução	571
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário	571
§ 269 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento	574
1.715 – Legitimação	574
1.716 – Pressupostos	575
1.717 – Procedimento	575
1.718 – Petição inicial	575
1.719 – Depósito judicial	575
1.720 – Prestações vincendas	575
1.721 – Revelia	576
1.722 – Contestação	576
1.723 – Reconvenção	576
1.724 – Complementação do depósito após a contestação	576
1.725 – Levantamento do depósito	577
§ 270 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento	579
1.727 – Natureza	579
1.728 – Legitimação	579
1.729 – Procedimento	579
1.730 – Petição inicial	580
1.731 – Aluguel provisório	580
1.732 – Contestação	581
1.733 – Sentença	581
1.734 – Verbas de sucumbência	582
1.735 – Execução de sentença	582
1.736 – Acordo de desocupação	582
§ 271 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento	584
1.738 – Natureza jurídica	584
1.739 – Legitimação	585
1.740 – Procedimento	586
1.741 – Petição inicial	586
1.742 – A defesa do locador	588
1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	589
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação	589
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	590
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução	590
1.747 – Retomada para uso próprio	591
1.748 – Aluguel provisório	591
1.749 – Sentença	591
1.750 – Sentença de retomada	592

1.751 – Execução de sentença	593
1.752 – Indenização de perdas e danos	593

Capítulo LXXXVIII – Ações Decorrentes de *Leasing* e Alienação Fiduciária

§ 272 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução	596
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	597
1.755 – Busca e apreensão	597
1.756 – Ação de depósito	599
1.757 – Ação de execução	599
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	600
§ 273 – Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil	602
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	602

<i>Bibliografia</i>	605
<i>Índice Onomástico</i>	615
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	619
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	639